

IN-SEGURANÇA ALIMENTAR

*** Roberto Rodrigues**

A recente disparada dos preços dos alimentos trouxe de volta uma discussão que andava meio adormecida: a segurança alimentar. De fato, a carestia da comida faz as populações de baixa renda terem maior dificuldade de acessar o essencial para garantir a sobrevivência.

Dois fatores são responsáveis pelos aumentos: a produção mundial cresceu menos do que a demanda; e a especulação realizada pelos fundos.

O menor crescimento de produção, por sua vez, se deveu basicamente a situações de seca na Europa Central e na Austrália (frustrando duramente as safras de trigo, elevando os preços deste cereal e por consequência do milho, da soja, e das proteínas animais) e no Hemisfério Sul, quebrando as colheitas da cana-de-açúcar, café e laranja.

Com isso, os estoques mundiais diminuíram enquanto a demanda continuou crescendo, especialmente nos países emergentes no pós-crise. Aí veio a especulação, agora ampliada pela notícia de que a safra norte-americana não será tão grande quanto se esperava.

A volatilidade dos preços agrícolas é uma característica deste setor, o que determinou, ao longo da história, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, políticas públicas estabelecidas por governos com o objetivo de garantir a segurança alimentar. Foi a Europa, castigada pela fome durante a Guerra, que decidiu nunca mais passar pela tragédia da escassez e criou, em 1957, a PAC – Política Agrícola Comunitária - lastreada em pesados subsídios para seus produtores rurais.

Funcionou, e a Europa, importadora de alimentos, virou grande exportadora. Mas os subsídios se transformaram num feitiço contra o feitiço. Agora, mais de 50 anos depois, com a economia globalizada, os agricultores europeus não conseguem competir com os seus colegas dos países tropicais, porque estes incorporaram novas tecnologias e aumentaram a produtividade, principalmente Brasil e Argentina. Por isso, não podem mais ficar sem subsídios, que também passaram a ser aplicadas por outros países ricos, especialmente Estados Unidos e Japão, o que inibiu o comércio mundial a tal ponto que a OMC, em sua Rodada Doha, estabelecida exatamente para implementar este comércio, não conseguiu mais avançar.

Instituições governamentais, ONG's e organizações privadas estão debatendo intensamente medidas para garantir a segurança alimentar. E a receita é sempre a mesma: abrir o mercado via negociações multi ou bilaterais; coordenar mecanismos governamentais que restrinjam as exportações (modelo adotado pela Argentina e que resultou em um desastre econômico: taxadas as exportações, os preços subiram internamente ao contrário do esperado); constituição de estoques mundiais e/ou regionais (que acabam rebaixando preços); programas de ajuda alimentar, como a Europa fez com a África; redes de segurança (para proteger os mais vulneráveis) e assim por diante.

Tudo muito interessante, mas a questão de segurança alimentar tem que ser tratada em 3 pontos: renda para o produtor rural continuar na atividade

sustentavelmente, renda para o consumidor poder comprar o que precisa e estrutura de comércio (incluindo distribuição) adequada.

É nestes 3 pontos centrais que os governos devem atuar com políticas públicas efetivas. O resto ajuda, é claro, mas de forma subsidiária.

Dos 3, o mais frágil – mas que demanda estratégia de Estado – é a estabilidade de renda do produtor. Os mecanismos são super conhecidos: crédito farto e barato, seguro rural eficiente, preços de garantia, um rol já praticado por diversos países.

A renda para o consumidor depende de investimentos que gerem empregos bem remunerados, o que não se faz de uma hora para outra. E, enquanto isso, programas como a Bolsa Família fazem um bom serviço. O problema é sair deles, assim como dos subsídios aos produtores dos países ricos.

As regras de comércio só precisam ser estabelecidas pelo governo, sem intervenção.

Não é tão complicado: mas precisa haver vontade política.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**